

PROVA OBJETIVA: 15 de agosto de 2010

NÍVEL MÉDIO

AGENTE DE FISCALIZAÇÃO

Nome do Candidato: _____

Nº de Inscrição: _____

Assinatura

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

- 1. Confira se a prova que você recebeu corresponde ao cargo/nível de escolaridade ao qual você está inscrito, conforme consta no seu cartão de inscrição e cartão-resposta. Caso contrário comunique imediatamente ao fiscal de sala.**
2. Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA, destinado à marcação das respostas das questões objetivas.
3. Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 50 (cinquenta) questões objetivas, sendo 05 de Língua Portuguesa, 05 de Matemática, 15 de Conhecimentos Gerais e 25 de Conhecimentos Específicos. Caso exista alguma falha de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala. Na prova há espaço reservado para rascunho. Esta prova terá duração de 04 (quatro) horas, tendo seu início às 8:30h e término às 12:30h (horário de Belém).
4. Cada questão objetiva apresenta 04 (quatro) opções de resposta, identificadas com as letras (A), (B), (C) e (D). Apenas uma responde adequadamente à questão, considerando a numeração de 01 a 50.
5. Confira se seu nome, número de inscrição, cargo de opção e data de nascimento, consta na parte superior do CARTÃO-RESPOSTA que você recebeu. Caso exista algum erro de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala, a fim de que o fiscal registre na Ata de Sala a devida correção.
6. É obrigatório que você assine a LISTA DE PRESENÇA e o CARTÃO-RESPOSTA do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
7. A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, pois lápis não será considerado.
8. A maneira correta de marcar as respostas no CARTÃO-RESPOSTA é cobrir totalmente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo constante no CARTÃO-RESPOSTA.
9. Em hipótese alguma haverá substituição do CARTÃO-RESPOSTA por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
10. O CARTÃO-RESPOSTA é o único documento válido para o processamento de suas respostas.
11. O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, na sala de realização da prova por, no mínimo, uma hora após o início da prova. A inobservância acarretará a eliminação do concurso.
12. O candidato deverá devolver no final da prova, o BOLETIM DE QUESTÕES e o CARTÃO-RESPOSTA, recebidos.
13. Será automaticamente eliminado do Concurso Público do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Pará, o candidato que durante a realização da prova descumprir os procedimentos definidos no Edital nº 001/2010-CREA/PA.

Boa prova.

LÍNGUA PORTUGUESA

COM BASE NA LEITURA DO TEXTO ABAIXO, ASSINALE A ÚNICA ALTERNATIVA QUE COMPLETA CORRETAMENTE AS QUESTÕES DE 01 A 04.

Como diz o ditado...

Take your choice 1885 John Frederick Peto (1854-1907)

1 Não é que eu tenha implicância com os
2 ditados. O problema é que muitas vezes eles se
3 anulam. Explico melhor: se alguém me diz "não
4 deixe para amanhã o que pode fazer hoje", eu
5 posso responder "antes tarde do que nunca". E aí,
6 como é que fica?

7 Os ditados são uma espécie de cápsulas de
8 sabedoria testadas e aprovadas pela tradição, com
9 selo de garantia e sem prazo de validade. Podem
10 ser usados em qualquer ocasião e sempre
11 produzem efeito. Ninguém consegue discordar de
12 um ditado. A não ser outro ditado.

13 Um diz "Deus ajuda quem cedo madruga"; o outro responde "mais vale quem
14 Deus ajuda do que quem cedo madruga". Pronto.

15 Todos sabem que mais vale um pássaro na mão do que dois voando. O
16 problema é que quem não arrisca não petisca. Portanto, sempre podemos invocar um
17 ditado para agir de um modo ou de outro. Se não somos ousados e nos contentamos
18 com o que temos na mão, é porque seguimos a sabedoria do ditado; se ousamos
19 arriscar é porque também seguimos a sabedoria de um outro ditado. Há ditados para
20 todos os gostos, como se vê. E para quase todas as situações. [...]

21 É verdade mesmo que o silêncio é de ouro? Mas não dizem que quem cala
22 consente? E como é que eu posso censurar o filho se ele se comporta como o pai, se
23 quem sai aos seus não sai errado? Dizem que é de pequenino que se torce o pepino,
24 mas não é verdade que pau que nasce torto, não tem jeito, morre torto? [...]

25 O problema é que é muito arriscado viver seguindo a experiência alheia. Os
26 ditados não contêm verdades eternas, dependem das circunstâncias. O importante é a
27 gente pensar com a própria cabeça. Pode ser até que, às vezes, um ditado possa ser
28 aplicado exatamente à situação que estamos vivendo. Mas desconfie sempre. Além
29 disso, sabemos que é impossível aplicar em nossa vida as experiências dos outros. E
30 cuidado com aqueles que chegam dizendo "se eu fosse você...". Cada um é que sabe
31 onde lhe aperta o sapato. Viu? agora deu pra encaixar um ditado. Por isso, nunca diga
32 dessa água não beberei.



http://douglastufano.com.br/galeria_4.html

01. Leia os enunciados abaixo:

- I. Douglas Tufano pondera sobre o aspecto contraditório dos provérbios entre si.
- II. O autor defende a tese de que a verdade expressa nos ditados é absolutamente incidental.
- III. "Não deixe para amanhã o que pode fazer hoje" e "Antes tarde do que nunca" são, na visão do Autor, ditados que se complementam.
- IV. Segundo o autor, a veracidade dos ditados é inquestionável, visto que se trata de cápsulas de sabedoria que se aplicam a toda e qualquer ocasião.

Em relação às ideias desenvolvidas no texto, **está correto** o que se afirma em

- (A) I e II
- (B) II e III
- (C) III e IV
- (D) I, II e IV

02. Julgue os itens a seguir em relação às noções de gênero e de tipos de texto.

- I. O texto “Como diz o ditado...”, quanto ao gênero, pode ser classificado como uma crônica.
- II. O texto “Como diz o ditado...” é uma narrativa breve, que gira em torno de um só conflito, apresentando unidade de tempo e número restrito de personagens; por isso, pode ser considerado um conto.
- III. Há traços de argumentatividade no fragmento de texto “Os ditados são uma espécie de cápsulas de sabedoria testadas e aprovadas pela tradição, com selo de garantia e sem prazo de validade. Podem ser usados em qualquer ocasião e sempre produzem efeito. Ninguém consegue discordar de um ditado. A não ser outro ditado.” (linhas 7-12)
- IV. Há características de texto descritivo na passagem “O problema é que é muito arriscado viver seguindo a experiência alheia. Os ditados não contêm verdades eternas, dependem das circunstâncias. O importante é a gente pensar com a própria cabeça. Pode ser até que, às vezes, um ditado possa ser aplicado exatamente à situação que estamos vivendo. Mas desconfie sempre. Além disso, sabemos que é impossível aplicar em nossa vida as experiências dos outros.” (linhas 25-29)

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II
- (B) I e IV
- (C) I e III
- (D) I, II e IV

03. Considere as afirmações abaixo quanto aos fatos gramaticais de língua:

- I. O vocábulo “portanto” (linha 16) pertence à categoria das conjunções e significa “logo”, “por conseguinte”.
- II. Se substituíssemos a forma verbal “torce” por “torceu” em “Dizem que é de pequenino que se torce o pepino” (linha 23), não se alteraria o sentido do provérbio nem a correlação de tempos verbais.
- III. Em “Cada um é que sabe onde lhe aperta o sapato” (linhas 30-31), há um desvio quanto à colocação pronominal: o pronome “lhe” deveria ser enclítico.
- IV. “Discordar” (linha 11) é um parônimo de “descordar”, já que são vocábulos quase homônimos, ou seja, são palavras com grafia e pronúncia parecidas e sentido diferente.
- V. Se deslocarmos a palavra “eternas” (linha 26) para imediatamente após a palavra “circunstâncias” (linha 26), mantêm-se as mesmas relações de sentido.

É verdadeiro o que se afirma em

- (A) I e II
- (B) I e IV
- (C) I, III e V
- (D) I, II e IV

04. Quanto às noções de sintaxe, é **correto** afirmar que

- (A) o verbo pensar (linha 27) é intransitivo.
- (B) há um desvio de regência verbal em “nunca diga dessa água não beberei” (linhas 31-32).
- (C) os verbos “podem” (linha 9) e “produzem” (linha 11) estão no plural porque têm um sujeito composto.
- (D) “quem cedo madruga”, em suas duas ocorrências (linhas 13 e 14), completa o sentido do verbo “ajudar”.

- 05.** Considerando-se os preceitos da redação oficial, é **falso** afirmar que
- (A) O requerimento é um documento que contém um pedido ou uma reivindicação, pode ser redigido na 3ª pessoa e, em geral, inicia com a identificação completa do requerente.
 - (B) A ata é o registro de fatos ocorridos e resoluções tomadas durante uma reunião; nela deve constar a hora do início e do fim da reunião, assim como o local e o nome dos participantes.
 - (C) O tratamento impessoal que se deve dar aos assuntos que constam das comunicações oficiais decorre da ausência de impressões individuais de quem comunica, da impessoalidade de quem recebe a comunicação e do caráter impessoal do próprio assunto tratado.
 - (D) Não é adequado começar um e-mail com 'prezado senhor' e terminar com 'um beijo'. Ao se redigir correspondência oficial endereçada a profissionais liberais, funcionários graduados, diretores, devem-se usar, no endereçamento e no fecho, respectivamente, as seguintes fórmulas “Senhor K” e “Afetuosamente”.

MATEMÁTICA

06. Um setor do CREA estabeleceu a meta de aumentar a produtividade de processamento em 30%, devendo, a partir de então, processar 1820 documentos. Se a meta fosse aumentar em 40%, a quantidade de documentos a processar deveria ser igual a

- (A) 1900.
- (B) 1920.
- (C) 1940.
- (D) 1960.

07. Uma máquina de processar o açaí tem forma cilíndrica, com 24 cm de diâmetro. Para limpar essa máquina, seu proprietário utiliza 7,2 litros de água, atingindo, assim, um terço de sua capacidade. A altura dessa máquina é, aproximadamente, igual a

- (A) 50 cm.
- (B) 45 cm.
- (C) 40 cm.
- (D) 35 cm.

08. Um edifício com 42 metros de altura teve o seu projeto em uma escala na qual o desenho o prédio possuía 15 centímetros de altura. Ao lado do edifício haverá um poste que, no desenho, media 2,5 centímetros de altura. A altura real desse poste deve ser de

- (A) 5 metros.
- (B) 6 metros.
- (C) 7 metros.
- (D) 8 metros.

09. Em uma repartição foi feito o levantamento das idades dos funcionários, as quais se distribuíram conforme o quadro abaixo:

Idade(anos)	funcionários
18 a 24	6
25 a 31	7
32 a 38	14
39 a 45	9
46 a 52	4

A média de idade situa-se entre

- (A) 33 e 34 anos.
- (B) 34 e 35 anos.
- (C) 35 e 36 anos.
- (D) 36 e 37 anos.

10. Em determinada seção, há 3 profissionais de nível superior, 5 de nível médio e 4 de nível fundamental. Deseja-se formar uma comissão de 3 profissionais, sendo um presidente, um secretário e um membro. Quantas comissões são possíveis de se formar?

- (A) 1.320
- (B) 1.300
- (C) 1.260
- (D) 1.230

CONHECIMENTOS GERAIS

11. Não constitui modalidade de licitação:

- (A) a concorrência.
- (B) o convite.
- (C) o leilão.
- (D) o menor preço.

12. Quanto à contratação direta, sem licitação, considere:

- I. Casos em que o legislador faculta ao administrador público a realização da licitação diante de certas situações descritas na lei, em razão da conveniência para o interesse público.
- II. Surge nas situações em que a licitação não poderia ser efetuada, diante da inviabilidade da competição.
- III. Ocorre quando a lei já escolheu de maneira expressa as situações que darão causa ao afastamento da licitação, circunstância que obriga o administrador a não realizar o certame licitatório.

A alternativa que corresponde corretamente às hipóteses de contratação direta e suas definições nos itens acima é:

- (A) I – inexigibilidade de licitação; II – licitação dispensada; III – dispensa de licitação.
- (B) I – licitação dispensada; II – inexigibilidade de licitação; III – dispensa de licitação.
- (C) I – dispensa de licitação; II – licitação dispensada; III – inexigibilidade de licitação.
- (D) I – dispensa de licitação; II – inexigibilidade de licitação; III – licitação dispensada.

13. No que concerne ao procedimento da licitação em sua fase externa, assinale a alternativa que estabelece a ordem dos eventos do certame, consoante a Lei n.º 8.666/1993.

- (A) habilitação, edital, classificação, adjudicação e homologação.
- (B) habilitação, classificação, homologação, adjudicação e edital.
- (C) edital, habilitação, classificação, homologação e adjudicação.
- (D) edital, classificação, habilitação, adjudicação e homologação.

14. Quanto às cláusulas exorbitantes nos contratos administrativos, pode-se corretamente inferir que

- (A) são manifestamente ilegais.
- (B) conferem certos privilégios aos que contratam com a Administração Pública.
- (C) possuem esse nome porque saem da órbita do Direito Comum para entrar na órbita do Direito Administrativo (público).
- (D) não constituem uma das principais características do contrato administrativo.

15. Se a Administração descobrir alguma ilegalidade em seus contratos, ela tem o poder-dever de declarar a

- (A) rescisão dos mesmos.
- (B) nulidade dos mesmos.
- (C) rescisão dos mesmos.
- (D) retroatividade dos mesmos.

16. Quanto à liberdade da Administração, os atos administrativos podem ser classificados em

- (A) de império ou livres.
- (B) simples ou complexos.
- (C) de expediente ou de gestão.
- (D) vinculados ou discricionários.

- 17.** Serviços públicos *uti singuli* são
(A) os que têm usuários determinados.
(B) os que não têm essencialidade máxima, podendo ser delegados.
(C) sinônimos de serviços permissionados.
(D) os que observam estritamente o princípio da modicidade das tarifas.
- 18.** Constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal e real de cada uma dessas entidades, os bens públicos
(A) de uso comum.
(B) de uso especial.
(C) dominicais.
(D) autárquicos.
- 19.** O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Pará – CREA/PA é um órgão da Administração Pública, assim considerado
(A) autarquia.
(B) empresa pública.
(C) sociedade de economia mista
(D) organização social de interesse privado.
- 20.** Não é pressuposto legal para a desapropriação:
(A) a necessidade pública.
(B) a manutenção estética.
(C) a utilidade pública.
(D) o interesse social.
- 21.** São cláusulas pétreas existentes na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:
(A) a organização financeira e tributária; a forma federativa; e os direitos e garantias individuais.
(B) a separação dos poderes; as disposições da seguridade social; e o voto direto, secreto, universal e periódico.
(C) os direitos e garantias individuais; a separação dos poderes; e a forma federativa.
(D) a forma federativa; o processo legislativo ordinário; e o voto direto, secreto, universal e periódico.
- 22.** O instituto que se aperfeiçoou, que reuniu todos os elementos necessários a sua formação, debaixo de lei anterior, é denominado
(A) direito adquirido.
(B) ato jurídico perfeito.
(C) coisa julgada.
(D) anterioridade legal.
- 23.** Não constitui órgão do Poder Judiciário brasileiro:
(A) os juízes de paz.
(B) os juízes de direito.
(C) os juízes do Distrito Federal e Territórios.
(D) o Conselho Nacional de Justiça.
- 24.** A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à (ao)
(A) saúde, previdência e assistência social.
(B) trabalho, previdência e seguro social.
(C) saúde, trabalho e previdência social.
(D) propriedade, previdência, trabalho e assistência social.
- 25.** O voto é o exercício do direito ao sufrágio, não sendo facultativo aos brasileiros
(A) maiores de 16 anos e menores de 18.
(B) maiores de 70 anos.
(C) analfabetos e estrangeiros.
(D) com idade superior aos 18 anos e inferior aos 70.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. As profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo são caracterizadas pelas realizações de interesse social e humano que importem na realização de diversos empreendimentos. Dentre estes, não se inclui(em):

- (A) o desenvolvimento industrial e agropecuário.
- (B) o aproveitamento e a utilização de todos os recursos físico-químicos.
- (C) os meios de locomoção e comunicações.
- (D) as instalações e meios de acesso a costas.

27. No que concerne à instituição do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, considere:

- I. O Conselho Federal é constituído por 16 (dezesesseis) membros, brasileiros, diplomados em Engenharia, Arquitetura ou Agronomia.
- II. O presidente do Conselho Federal será eleito, por maioria relativa, dentre os seus membros.
- III. Os mandatos dos membros do Conselho Federal e do Presidente do mesmo serão de 3 (três) anos.
- IV. É responsabilidade do CONFEA examinar e decidir em primeira instância os assuntos relativos ao exercício das profissões de engenharia, arquitetura e agronomia, podendo anular qualquer ato que não estiver de acordo com a legislação vigente.
- V. Dentre os membros do Conselho, estão 1 (um) representante das escolas de engenharia, 1 (um) representante das escolas de arquitetura e 1 (um) representante das escolas de agronomia.

Estão incorretos os itens:

- (A) I, II e IV, somente.
- (B) I, II e III, somente.
- (C) II, III e IV, somente.
- (D) II, IV e V, somente.

28. Considere as seguintes atribuições:

- I. Exame de reclamações e representações acerca de registros.
- II. Correlacionamento de cargos e funções dos serviços estatais, paraestatais, autárquicos e de economia mista para cujo exercício seja necessário o título de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo.
- III. Fixação das condições para que as entidades de classe da região tenham direito à representação profissional.
- IV. Julgamento, em grau de recurso, dos processos de imposição de penalidades e multas.
- V. Deliberação sobre assuntos de interesse geral e administrativo e sobre os casos comuns a duas ou mais especializações profissionais.

Constituem atribuições dos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA as listadas nos itens:

- (A) I, III e IV, somente.
- (B) II, IV e V, somente.
- (C) II, III e IV, somente.
- (D) I, IV e V, somente.

29. Quanto ao registro e à fiscalização profissional no Sistema CONFEA / CREA, assinale a alternativa correta:

- (A) Os profissionais habilitados legalmente só poderão exercer a profissão após o registro no Conselho Federal.
- (B) Os diplomados por escolas ou faculdades de engenharia, arquitetura ou agronomia, oficiais ou reconhecidas, cujos diplomas não tenham sido registrados, mas estejam em processamento na repartição federal competente, poderão exercer as respectivas profissões mediante registro provisório no Conselho Federal.
- (C) Aos profissionais registrados é fornecida carteira profissional, conforme modelo adotado pelo Conselho Regional, contendo o número do registro, a natureza do título, especializações e todos os elementos necessários à sua identificação.
- (D) A carteira profissional, para efeitos legais, substitui o diploma e vale como documento de identidade, tendo fé pública.

30. A atividade profissional do Técnico Industrial de nível médio efetiva-se no seguinte campo de realizações, dentre outros:

- (A) prestação de assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas.
- (B) coordenação de serviços de instalação apenas de máquinas industriais leves.
- (C) responsabilização pela elaboração de projetos de edificações industriais.
- (D) fornecimento de reparo técnico de produtos e equipamentos eletroeletrônicos.

31. No que atine à Anotação de Responsabilidade Técnica – ART na prestação de serviços de engenharia, de arquitetura e de agronomia, assinale a alternativa correta:

- (A) A ART será efetuada pelo profissional ou pela empresa no Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA).
- (B) A falta da ART sujeitará o profissional ou a empresa à penalidade de advertência ou suspensão.
- (C) Todo contrato escrito para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à Anotação de Responsabilidade Técnica, não sendo aplicável aos contratos verbais.
- (D) A ART define para efeitos legais os responsáveis técnicos pelo empreendimento de engenharia, arquitetura e agronomia.

32. Quanto à remuneração e à jornada de trabalho dos profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e Agronomia, assinale a alternativa correta:

- (A) Para a execução das atividades e tarefas com exigência de 06 (seis) horas diárias de serviço, é fixado o salário-base mínimo de 06 (seis) vezes o maior salário mínimo comum vigente no País para os profissionais diplomados por cursos regulares superiores com curso universitário de 04 (quatro) anos ou mais.
- (B) A remuneração do trabalho noturno será feita na base da remuneração do trabalho diurno, acrescida de 50% (cinquenta por cento).
- (C) A jornada de trabalho é a fixada no contrato de trabalho, apenas, não sendo passível sua alteração por determinação legal.
- (D) Para a execução das atividades e tarefas com exigência de mais de 06 (seis) horas diárias de serviço, é fixado o salário-base mínimo de 06 (seis) vezes o maior salário mínimo comum vigente no País para os profissionais diplomados por cursos regulares superiores com curso universitário de 04 (quatro) anos ou mais, acrescidas de 20% (vinte por cento) as horas excedentes das 6 (seis) horas diárias de serviço.

33. A pessoa jurídica que pretenda exercer atividades reservadas aos profissionais da Engenharia, da Arquitetura ou da Agronomia está obrigada ao registro nos Conselhos Regionais antes de iniciar os seus trabalhos. Acerca disso, é correto afirmar:

- (A) A pessoa jurídica estrangeira de prestação de serviço ou execução de obra de engenharia, arquitetura ou agronomia só poderá exercer atividade no território nacional, independentemente de consórcio com pessoa jurídica brasileira, depois de efetuado seu registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia a cuja jurisdição o serviço ou a obra pertencerem.
- (B) O registro da pessoa jurídica estrangeira pode ser permanente para executar quaisquer serviços na área de abrangência do Sistema CONFEA/CREA, sendo cancelado apenas caso tenha expirado o prazo contratual do consórcio ou cessado o objetivo para que este foi constituído.
- (C) O objetivo do consórcio entre pessoa jurídica estrangeira e pessoa jurídica brasileira deve corresponder à prestação de um serviço ou execução de uma obra bem definida e delimitada, à exceção de programas governamentais de grande vulto.
- (D) O registro de pessoa jurídica estrangeira somente será efetuado caso fique comprovada, a juízo do Conselho Regional, a capacidade de a pessoa jurídica brasileira assimilar experiência técnica (*know how*) daquela na prestação do serviço ou execução da obra a que o consórcio objetiva.

34. As pessoas jurídicas e organizações estatais só podem exercer as atividades de engenharia, arquitetura e agronomia mediante profissionais legalmente habilitados, aos quais é assegurado o direito ao Salário Mínimo Profissional. Dessa forma,

- (A) é de competência do CONFEA a fiscalização do cumprimento do Salário Mínimo Profissional.
- (B) o Salário Mínimo Profissional é a remuneração mínima devida por força de contrato de trabalho que caracteriza vínculo empregatício.
- (C) para o profissional Engenheiro, Arquiteto, Agrônomo, Geólogo, Geógrafo, Meteorologista ou Tecnólogo que, na qualidade de empregador, sócio de empresa empregadora, ou responsável pela política salarial da entidade empregadora, não cumprir a obrigação do pagamento decorrente do Salário Mínimo Profissional, a penalidade prevista será de multa, apenas.
- (D) semestralmente, as pessoas jurídicas registradas nos CREAs comprovarão que todos os Engenheiros, Arquitetos, Agrônomos, Geólogos ou Engenheiros Geólogos, Geógrafos, Meteorologistas do seu quadro técnico estão recebendo salários que satisfazem o disposto na legislação aplicável vigente.

35. A pessoa jurídica registrada em qualquer Conselho Regional, quando for exercer atividades em caráter temporário na jurisdição de outro Conselho Regional, ficará obrigada a visar neste último o seu registro. Quanto a esse visto, marque a alternativa correta:

- (A) Para execução de obras ou prestação de serviços, a concessão do visto ao registro de pessoa jurídica originária de outro Conselho Regional terá como prazo até 180 (cento e oitenta) meses.
- (B) Para participação em licitações, a concessão do visto ao registro de pessoa jurídica originária de outro Conselho Regional terá como prazo até 60 (sessenta) meses.
- (C) O requerimento do visto deverá indicar expressamente a finalidade para a qual está sendo solicitado, seja para execução de obras ou prestação de serviços, seja para participação em licitações.
- (D) Os responsáveis técnicos apresentados pela pessoa jurídica devem comprovar mudança completa de residência para local em que se torne praticável sua efetiva participação nas atividades que a pessoa jurídica pretende exercer na jurisdição do respectivo órgão regional.

36. Considerando-se que o exercício da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia é caracterizado pelas realizações de interesse social e humano que importem no desenvolvimento industrial e agropecuário, em especial mediante empresas, assinale a alternativa que NÃO contém empresas industriais enquadráveis para efeito de registro nos Conselhos Regionais – CREAs:

- (A) indústria de extração vegetal e indústria de minerais não-metálicos.
- (B) indústria metalúrgica e indústria mecânica, além da indústria de pesca e agricultura.
- (C) indústria de material elétrico, eletrônico e de comunicação e indústria da madeira.
- (D) indústria siderúrgica e instituições financeiras de apoio industrial.

37. Quanto aos procedimentos para elaboração, aprovação e homologação de atos administrativos normativos de competência do Sistema CONFEA/CREA, é correto afirmar-se que

- (A) o ato administrativo normativo é aquele que contém um comando de caráter imperativo do Sistema CONFEA/CREA, visando à correta aplicação da lei e à explicitação da norma geral a ser observada.
- (B) considera-se *resolução* a espécie de ato administrativo normativo, de exclusiva competência do CONFEA, destinado a fixar entendimentos ou a determinar procedimentos, visando à uniformidade de ação.
- (C) considera-se *ato normativo* a espécie de ato administrativo normativo, de exclusiva competência do CONFEA, destinado a explicitar a lei para sua correta aplicação e a disciplinar os casos omissos.
- (D) considera-se *decisão normativa* a espécie de ato administrativo normativo de exclusiva competência dos CREAs, destinado a detalhar, especificar e esclarecer, no âmbito de suas jurisdições, as disposições contidas em outros atos administrativos normativos do CONFEA.

38. Não é (são) competente(s) para apresentar proposta de resolução e de decisão normativa ao CONFEA:

- (A) os CREAs.
- (B) o Colégio de Entidades Nacionais – CDEN.
- (C) o Sindicato Nacional dos Arquitetos, Engenheiros e Agrônomos.
- (D) os conselheiros federais.

39. Para elaboração dos atos administrativos normativos de competência do Sistema CONFEA/CREA, de que trata a Resolução n.º 1.000, de 1.º de janeiro de 2002, há a imprescindibilidade de se observar diversos princípios que primam pela articulação e pela boa técnica redacional. Quanto a tais princípios, é incorreto afirmar que

- (A) a unidade básica de articulação será o artigo, designado pela forma abreviada “Art.”, seguido de algarismo arábico e do símbolo de número ordinal “.º” até o de número 9, inclusive (“Art. 1.º”, “Art. 9.º”); a partir do de número 10, segue-se o algarismo arábico correspondente, seguido de ponto (“Art. 10.”, “Art. 11.”, etc.).
- (B) os artigos podem desdobrar-se em parágrafos ou em incisos; os parágrafos, em incisos; os incisos, em alíneas; e as alíneas, em subalíneas.
- (C) o parágrafo único de artigo deve ser designado pela expressão “Parágrafo único”, seguida de ponto.
- (D) quando um artigo contiver mais de um parágrafo, este será designado pelo símbolo “§”, seguido do algarismo arábico correspondente e do símbolo de numeral ordinal “.º” até o nono parágrafo, inclusive (“§ 1.º”, “§ 9.º”); a partir do número 10, a designação deve ser feita pelo símbolo “§” seguido do algarismo arábico correspondente e do ponto (“§ 10.”, “§ 11.”, etc.).

40. Com o fito de alcançar plena legitimidade, há necessidade de os atos administrativos normativos de competência do Sistema CONFEA/CREA serem submetidos a um processo legislativo. Sobre este, corretamente infere-se:

- (A) o processo legislativo inicia-se de pronto com a sua transformação em projeto.
- (B) o Projeto de Resolução – PR, o Projeto de Decisão Normativa – PDN, ou o Projeto de Ato Normativo – PAN estabelecerão as condições para sua aplicação, podendo apenas eventualmente conter matéria estranha ao objeto a ser normatizado.
- (C) em nenhuma hipótese o mesmo assunto pode ser disciplinado por mais de um ato administrativo normativo de mesma hierarquia.
- (D) a vigência do ato administrativo normativo deve ser indicada de forma expressa, sendo regra geral a entrada em vigor na data da publicação.

41. Considere:

- I. sistematização das manifestações recebidas pelo órgão competente da estrutura auxiliar do CONFEA.
- II. análise da proposta pelo órgão competente da estrutura auxiliar do CONFEA para emissão de parecer técnico, podendo ser arquivada ou transformada em projeto de resolução se observados os critérios de admissibilidade e legalidade.
- III. encaminhamento da Resolução para publicação no Diário Oficial da União – DOU, após sancionada.
- IV. encaminhamento do projeto de resolução pela comissão permanente competente aos órgãos consultivos do Sistema CONFEA/CREA, às entidades de classe nacionais, às instituições de ensino, aos CREAs e aos conselheiros federais, para manifestação no prazo de noventa dias, e ao Plenário do CONFEA, para conhecimento, podendo, também, ser disponibilizado para consulta pública e manifestação na rede mundial de computadores – Internet.
- V. análise e deliberação do projeto, quanto ao mérito, pela(s) comissão(ões) permanente(s) competente(s).

Quanto à análise de proposta e à aprovação do projeto de resolução no âmbito do Sistema CONFEA/CREA, enquanto ato administrativo normativo plenamente válido, assinale a alternativa que contém a ordem exata do trâmite a ser obedecido:

- (A) V, IV, I, II, III.
- (B) II, IV, V, I, III.
- (C) II, V, IV, I, III.
- (D) IV, V, I, II, III.

42. Em consonância com o Código de Ética Profissional da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia, assinale a alternativa incorreta:

- (A) Os preceitos estabelecidos no Código de Ética Profissional têm alcance sobre os profissionais em geral, quaisquer que sejam seus níveis de formação, modalidades ou especializações.
- (B) As modalidades e especializações profissionais não poderão estabelecer, em hipótese alguma, preceitos próprios de conduta atinentes às suas peculiaridades e especificidades.
- (C) As entidades, instituições e conselhos integrantes da organização profissional são igualmente permeados pelos preceitos éticos das profissões e participantes solidários em sua permanente construção, adoção, divulgação, preservação e aplicação.
- (D) As profissões são caracterizadas por seus perfis próprios, pelo saber científico e tecnológico que incorporam, pelas expressões artísticas que utilizam e pelos resultados sociais, econômicos e ambientais do trabalho que realizam.

43. Quanto aos princípios éticos que regem a atividade profissional da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia, considere:

- I. A profissão realiza-se pelo cumprimento responsável e competente dos compromissos profissionais, munindo-se de técnicas adequadas que asseguram os resultados propostos e a qualidade satisfatória nos serviços e produtos e sendo observada a segurança nos seus procedimentos.
- II. A profissão se impõe como bem cultural da humanidade construído permanentemente pelos conhecimentos técnicos e científicos e pela criação artística, manifestando-se pela prática tecnológica colocada a serviço da melhoria da qualidade de vida do homem.
- III. A profissão é praticada através do relacionamento honesto, justo e de espírito progressista dos profissionais para com os gestores, ordenadores, destinatários, beneficiários e colaboradores de seus serviços, buscando-se a igualdade de tratamento entre os profissionais e a lealdade na competição.
- IV. A profissão é bem social da humanidade e o profissional é o agente capaz de exercê-la, tendo como objetivos maiores a preservação e o desenvolvimento harmônico do ser humano, de seu ambiente e de seus valores.

Os itens supracitados correspondem, na ordem apresentada, aos seguintes princípios profissionais:

- (A) I – cumprimento da profissão; II – importância da profissão; III – relacionamento profissional; IV – capacidade do agente profissional.
- (B) I – cumprimento da profissão; II – natureza da profissão; III – deontologia profissional; IV – relevância da profissão.
- (C) I – eficácia profissional; II – importância da profissão; III – deontologia profissional; IV – objetivo da profissão.
- (D) I – eficácia profissional; II – natureza da profissão; III – relacionamento profissional; IV – objetivo da profissão.

44. No exercício das profissões ligadas ao Sistema CONFEA / CREA, são preceitos deontológicos a serem observados, em harmonia com a interconexão efetuada no Código de Ética Profissional da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia (desconsiderando-se a ordem da numeração contida na norma em apreço):

- (A) I – *ante o ser humano e seus valores*: harmonizar os interesses pessoais aos coletivos; II – *ante a profissão*: desempenhar sua profissão ou função nos limites de suas atribuições e de sua capacidade pessoal de realização; III – *nas relações com os clientes, empregadores e colaboradores*: fornecer informação certa, precisa e objetiva em publicidade e propaganda pessoal.
- (B) I – *ante o meio*: orientar o exercício das atividades profissionais pelos preceitos do desenvolvimento sustentável; II – *ante a profissão*: divulgar os conhecimentos científicos, artísticos e tecnológicos inerentes à profissão; III – *nas relações com os demais profissionais*: manter-se informado sobre as normas que regulamentam o exercício da profissão.
- (C) I – *nas relações com os demais profissionais*: dispensar tratamento justo a terceiros, observando o princípio da equidade; II – *nas relações com os clientes, empregadores e colaboradores*: atuar com lealdade no mercado de trabalho, observando o princípio da igualdade de condições; III – *ante a profissão*: empenhar-se junto aos organismos profissionais no sentido de consolidar a cidadania e a solidariedade profissional e de coibir as transgressões éticas.
- (D) I – *nas relações com os clientes, empregadores e colaboradores*: conservar e desenvolver a cultura da profissão; II – *nas relações com os demais profissionais*: atuar com imparcialidade e impessoalidade em atos arbitrais e periciais; III – *ante a profissão*: preservar e defender os direitos profissionais.

45. Em consonância com Código de Ética Profissional da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia, assinale a alternativa que contenha corretamente todas as correlações entre condutas profissionais vedadas e o respectivo âmbito de atuação (desconsiderando-se a ordem da numeração contida na norma em apreço):

- (A) I – *ante a profissão*: usar de privilégio profissional ou faculdade decorrente de função de forma abusiva, para fins discriminatórios ou para auferir vantagens pessoais; II – *ante o ser humano e seus valores*: usar de artifícios ou expedientes enganosos para a obtenção de vantagens indevidas, ganhos marginais ou conquista de contratos; III – *ante o meio*: prestar de má-fé orientação, proposta, prescrição técnica ou qualquer ato profissional que possa resultar em dano ao ambiente natural, à saúde humana ou ao patrimônio cultural.
- (B) I – *nas relações com os clientes, empregadores e colaboradores*: descuidar com as medidas de segurança e saúde do trabalho sob sua coordenação; II – *ante o ser humano e seus valores*: prestar de má-fé orientação, proposta, prescrição técnica ou qualquer ato profissional que possa resultar em dano às pessoas ou a seus bens patrimoniais; III – *nas relações com os demais profissionais*: intervir em trabalho de outro profissional sem a devida autorização de seu titular, salvo no exercício do dever legal.
- (C) I – *ante a profissão*: referir-se preconceituosamente a outro profissional ou profissão; II – *nas relações com os clientes, empregadores e colaboradores*: utilizar indevida ou abusivamente do privilégio de exclusividade de direito profissional; III – *ante o ser humano e seus valores*: descumprir voluntária e injustificadamente com os deveres do ofício.
- (D) I – *ante o ser humano e seus valores*: agir discriminatoriamente em detrimento de outro profissional ou profissão; II – *nas relações com os clientes, empregadores e colaboradores*: descumprir voluntária e injustificadamente os deveres do ofício; III – *ante a profissão*: formular proposta de salários inferiores ao mínimo profissional legal.

46. Não constitui direito individual universal inerente aos profissionais do Sistema CONFEA/CREA, facultado para o pleno exercício de sua profissão:

- (A) a exclusividade do ato de ofício a que se dedicar.
- (B) o uso do título profissional.
- (C) a competição no mercado de trabalho por quaisquer meios.
- (D) a recusa ou interrupção de trabalho, contrato, emprego, função ou tarefa quando julgar incompatível com sua titulação, capacidade ou dignidade pessoais.

47. Sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades no âmbito dos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREAs, marque a alternativa certa:

- (A) Os procedimentos para instauração do processo têm início no CREA em cuja jurisdição for verificada a infração, ou no CREA da jurisdição limítrofe ao da incidência da mesma.
- (B) A denúncia anônima pode ser efetuada apenas por escrito, sendo vedado seu recebimento verbal.
- (C) Sempre que possível, à denúncia devem ser anexados documentos que caracterizam a infração e a abrangência da atuação da pessoa física ou jurídica na obra, serviço ou empreendimento.
- (D) A denúncia anônima será admitida independentemente de verificação dos fatos pelo CREA por meio de fiscalização no local de ocorrência da pressuposta infração.

48. Quanto às definições estabelecidas na Resolução n.º 1.010, de 22 de agosto de 2005, que dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no Sistema CONFEA/CREA, para efeito de fiscalização do exercício profissional, assinale a alternativa errada:

- (A) *título profissional*: título atribuído pelo Sistema CONFEA/CREA a portador de diploma expedido por instituições de ensino para egressos de cursos regulares, correlacionado com o(s) respectivo(s) campo(s) de atuação profissional, em função do perfil de formação do egresso e do projeto pedagógico do curso.
- (B) *competência profissional*: ato específico de consignar direitos e responsabilidades para o exercício da profissão, em reconhecimento a habilidades derivadas de formação profissional obtida em cursos regulares.
- (C) *curso regular*: curso técnico ou de graduação reconhecido, de pós-graduação credenciado, ou de pós-graduação *lato sensu* considerado válido, em consonância com as disposições legais que disciplinam o sistema educacional, e devidamente registrado no Sistema CONFEA/CREA.
- (D) *modalidade profissional*: conjunto de campos de atuação profissional da Engenharia correspondentes a formações básicas afins, estabelecido em termos genéricos pelo CONFEA.

49. Em relação à Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, assinale a alternativa correta:

- (A) A ART é o instrumento que define, para os efeitos legais, os responsáveis técnicos pela execução de obras ou prestação de serviços relativos às profissões abrangidas pelo Sistema CONFEA/CREA.
- (B) O registro da ART efetiva-se após o seu simples cadastro no sistema eletrônico do CREA, sendo desnecessário o recolhimento do valor correspondente para a efetivação do registro.
- (C) Após a satisfação dos requisitos pertinentes, os dados da ART são automaticamente anotados no Sistema de Informações CONFEA/CREA – SIC, sendo este o banco de dados que consolida as informações de interesse nacional registradas no Sistema CONFEA/CREA, mediante cruzamento de dados com o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO.
- (D) É permitido ao profissional com o registro cancelado, suspenso ou interrompido registrar ART, desde que recolha o valor correspondente já no ato de registro.

50. Dentre as competências do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Pará – CREA/PA alistadas em seu Regimento Interno, não se inclui:

- (A) orientar e dirimir dúvidas, suscitadas no âmbito de sua jurisdição sobre a aplicação da legislação profissional.
- (B) unificar jurisprudência e procedimentos, quando divergentes, dentre os Conselhos Regionais circunvizinhos de menor jurisdição territorial limítrofe.
- (C) deliberar sobre assuntos administrativos e de interesse geral, e sobre casos comuns a duas ou mais profissões.
- (D) registrar tabela básica de honorários profissionais elaborada por entidade de classe.

RASCUNHO